



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**145ª Reunião Ordinária do Conselho
Nacional de Previdência Social
CNPS**

**Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", 9º andar, Sala 902
Brasília – DF
30 de julho de 2008**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 145ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 30 de julho de 2008

LOCAL: Ministério da Previdência, 9ª andar, sala 902

I-PRESENÇAS

Representações do Governo

MPS – José Barroso Pimentel

MPS – Helmut Schwarzer

MPS – João Donadon

INSS – Benedito Adalberto Brunca

MPS – Ricardo Pena Pinheiro

IPEA – Fernando Gaiger

MF – Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo

MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

IPEA – Fernando Gaiger

Representações dos aposentados e pensionistas

SINTAP – Epitácio Luiz Epaminondas

CENTRAPE – Edmundo Beneditti Filho

COBAP – Josepha Theotônia de Britto

COBAP – Luiz Adalberto da Silva

SINDNAP – Luiz Antônio Adriano da Silva

Representações dos trabalhadores em atividade

FORÇA SINDICAL – Nilson Santos Bahia

CUT – Maria Júlia Reis Nogueira

CONTAG – Evandro José Morello

Representação dos empregados

CNI – Marco Antônio Reis Guarita

CNF – Jorge Higashino

CNA – Luciana Cardoso Carvalho

Convidados

DATAPREV – Celecino de Carvalho

F/SPE – Ângelo Duarte

MPS – Remígio Todeschini

MPS – Marcos Novaes

MPS – Simone Telles

MPS – Eunice Alves

MPS – Laerte Soares

MPS – Eduardo Formosinho

MPS – Thatiane F. R. Silva

ESTADÃO – Isabel Sobral

AGÊNCIA BRASIL – Ivan Richard

CNA – Livia Lemes

CNM – Laíze P. X. Palhano

| | |
|----|--|
| 55 | Ausências |
| 56 | |
| 57 | MPS – Carlos Eduardo Gabas |
| 58 | INSS – Marco Antônio de Oliveira |
| 59 | SRP – Adélia Martins da Matta |
| 60 | MF – Felipe Augusto Trevisan Ortiz |
| 61 | COBAP – Benedito Marcílio Alves da Silva |
| 62 | CGT – Carlos Alberto dos Reis |
| 63 | SDS – Wagner José de Souza |
| 64 | CONTAG – Alessandra da Costa Lunas |
| 65 | CNC – Roberto Nogueira Ferreira |
| 66 | CNM – Paulo Roberto Ziulkoski |
| 67 | CNT – Ariene Amaral |

68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122

II – ABERTURA

Presidindo a Mesa, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, José Barroso Pimentel, abriu a 145ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, desejando bom dia aos Conselheiros. Antes de iniciar os trabalhos, foi entregue aos Conselheiros o Informe de Previdência, volume 20, nº 4 referente ao mês de abril de 2008; o Boletim Estatístico da Previdência Social, volume 20, nº 6, referente ao mês de junho de 2008; a Portaria nº 209, de 14 de julho de 2008; a Nota Explicativa do MPS, de 16 de julho de 2008; e o documento Negociação Salarial – Carreiras.

III – EXPEDIENTE

O Exmo. Sr. Ministro, tendo em vista que a Ata da 144ª Reunião Ordinária já havia sido distribuída previamente, passou à apreciação. O Exmo. Sr. Ministro indagou quanto à necessidade de proceder à leitura, sendo a mesma dispensada. Colocada em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. Iniciou os tópicos da pauta com o tema da Gratificação Natalina e afirmou que a antecipação de até 50% do abono natalino autorizado pelo Governo será feito com base na folha de pagamento do mês de agosto e com data de pagamento da folha de agosto, ou seja, a DataPrev e o INSS ao elaborarem a folha de pagamento que será paga nos 5 últimos dias de agosto e no início de setembro incluirão parte do abono, o que reduz custos na parte operacional do INSS e da DataPrev. Ao comentar sobre o segundo item da pauta: Projeto de Lei do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS enfatizou a capacidade da DataPrev de implementar o CNIS e informou que a minuta do Projeto de Lei será incorporada para o relator na primeira matéria de Governo em tramitação no Congresso Nacional como forma de agilizar o processo. Citou que quanto aos trabalhadores e as respectivas aposentadorias especiais, que são os trabalhadores rurais, os pescadores artesanais e também os extrativistas foi aprovada a Lei nº 11.718 e sancionada no dia 20 de junho de 2008 que determina que eles também terão um cadastro, no entanto é um cadastro mais detalhado devido as suas características e está sendo formatada a minuta de um decreto para tratar dessa matéria. Sugeriu que na próxima reunião do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS fosse deliberado a minuta que regulamenta o cadastro das aposentadorias especiais para ser discutida e em seguida encaminhada às instâncias para fins de assinatura e sanção. Em breve relato sobre o terceiro ponto de pauta que teve como tema o MEI – Micro Empreendedor Individual, que na sua maioria não têm cobertura previdenciária, o Exmo. Ministro ressaltou que foi elaborado um texto com o Congresso Nacional que ainda não foi possível ser votado. Sobre o quarto ponto da pauta, a respeito do Grupo de Trabalho do Crédito Consignado, o Sr. Helmut Schwarzer (MPS) relatou que no dia 11 de julho de 2008 teve uma reunião do Grupo de Trabalho do Crédito Consignado em que foram discutidas questões de ordem operacional que envolvem tanto a DataPrev quanto o INSS. Citou questões que foram analisadas tal como a questão do imposto sobre operações financeiras. Afirmou que foi discutido no GT o tema da divisão da margem consignado entre empréstimos consignado da modalidade cartão de crédito e também a questão do saque em dinheiro por meio do cartão de crédito. Mencionou ainda a necessidade de esclarecer aos aposentados a diferença entre fazer uma compra com o cartão de crédito, caso em que não se paga juros, e sacar em espécie no caixa eletrônico em que se paga juros desde o primeiro momento. Situação esta que muitos aposentados confundem com a situação do saque com o cartão de benefício. Com a palavra, o Sr. Nilson Santos Bahia (Força Sindical) citou a proposta colocada junto com a direção do Sindicato Nacional dos Aposentados, em que entende que é notória a necessidade de proteger os aposentados sobre as dificuldades do sistema financeiro. O Sr. Jorge

123 Higashino (CNF) esclareceu que o consignado é para empréstimo pessoal pelo qual o
124 usuário pede empréstimo e saca o dinheiro pagando a taxa atual de 2.5% de juros ao
125 mês, e se fizer saque com o cartão de crédito paga taxa de 3.5% ao mês. É uma
126 diferença de 1% de taxa de juros. Entende que esse tipo de saque seria para
127 emergência (no caso de loja não aceitar compra com uso do cartão de crédito),
128 opinando não ser vantajoso para o aposentado esse saque em cartão de crédito, pois,
129 estará pagando juros maiores do que um empréstimo consignado normal. Enfatizou a
130 necessidade de plena conscientização dos aposentados em relação ao saque com
131 cartão de crédito em comparação com o empréstimo por Crédito Consignado normal.
132 O Sr. Benedito Brunca (INSS) comentou sobre a restrição de o aposentado na
133 estrutura do Crédito Consignado de empréstimo de até 20% os outros 10% de maneira
134 fixa para uso em cartão. Solicitou esclarecimento sobre a necessidade dessa cláusula
135 restritiva, o Sr. Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAP). Diante dos questionamentos
136 feitos sobre o Crédito Consignado, o Exmo. Ministro propôs que seja delegado para o
137 Grupo de Trabalho a formatação da minuta e que na próxima reunião do Conselho
138 Nacional de Previdência Social – CNPS seja deliberado o assunto para discussão. A
139 Sra. Maria Júlia Reis (CUT) concordou ser procedente e prudente que o Grupo e
140 Trabalho avance na questão tendo em vista que trata de dois assuntos, o empréstimo
141 consignado que tem uma taxa de juros menor, outra é o cartão de crédito que onera
142 mais o aposentado e o pensionista da Previdência Social. Quanto à proposta
143 apresentada pelo Conselheiro Jorge Higashino a respeito da revisão do teto da taxa
144 de juros de empréstimos consignados aos beneficiários do INSS, de acordo com o
145 critério definido, aprovado e adotado pelo Conselho Nacional da Previdência social
146 desde junho de 2006 (Resolução MPS/CNPS 1278), o Senhor Ministro informou que
147 sente necessidade de melhor acompanhamento da Conjuntura Econômica e definiu
148 para que o assunto voltasse para discussão na próxima reunião do CNPS. Na
149 continuação dos itens da pauta, o Sr. Helmut Schwarzer (MPS) relatou sobre o
150 Resultado Votação Orçamento 2009 que dos 15 conselheiros que votarão a proposta
151 foram 10 votos a favor, 1 contra e 4 abstenções. . Ainda com relação à votação
152 confirmou-se assim que a pré-proposta foi aprovada pelo Conselho Nacional de
153 Previdência Social – CNPS. O Exmo. Sr. Ministro esclareceu que devido ao prazo
154 máximo da apresentação da minuta ser dia 25 de julho de 2008, houve a necessidade
155 da votação expressa. No entanto rememorou que ocorrerão as respostas às
156 indagações feitas e que na próxima reunião do CNPS será aprofundada a discussão
157 considerando que a votação no Congresso Nacional vai até dezembro. A Sr. Maria
158 Júlia Reis (CUT) registrou que no Orçamento 2009 não consta afirmações sobre o
159 financiamento do custeio do Conselho Nacional de Previdência Social que foi entregue
160 em documento para o Exmo. Sr. Ministro em reunião da Central Única dos
161 Trabalhadores ocorrida no dia 4 de julho de 2008. Concordando com a CUT, o Sr.
162 Marco Antônio Guarita (CNI) foi categórico ao afirmar que a quantidade de
163 informações contidas na proposta do Orçamento e o exíguo tempo disponibilizado
164 para debate prejudicou o esclarecimento sobre o tema. Próximo item de pauta, tarifas
165 bancárias. O Exmo. Sr. Ministro determinou que fosse registrada a proposta
166 apresentada pelo Conselheiro Jorge Higashino no sentido de se incluir na proposta
167 orçamentária da Previdência Social para 2009, o valor total de R\$268.316.492,30 para
168 fazer face às remuneração dos agentes pagadores de benefícios do INSS, enfatizando
169 que estará atento e participando das discussões sobre proposta orçamentária 2009
170 junto ao Congresso Nacional, conforme mencionado anteriormente. Citou que foi
171 realizada uma reunião com a direção da FEBRABAN – Federação Brasileira de
172 Bancos, ocasião em por consenso foi prorrogado o acordo já firmado até 31 de
173 dezembro de 2008 e que o termo aditivo está pronto, já foi discutido o seu teor e estão
174 sendo colhidas assinaturas para prorrogá-lo até 31 de dezembro de 2008 nos mesmos
175 moldes do acordo até então firmado. Comunicou que será distribuído na próxima
176 reunião do CNPS o termo já assinado por todos como forma de dar conhecimento aos
177 Conselheiros. Em relação ao sexto item de pauta, Criação da 1ª Reunião Tripartite de

178 Segurança e Saúde no Trabalho, mencionou que a Comissão Interministerial nº 152
179 tratou dessa matéria e propôs a criação da Comissão Tripartite envolvendo a área de
180 Governo, a área dos empregadores e o setor dos trabalhadores. Ressaltou ainda que
181 a intenção é transformar esse acúmulo de debate em normativos, sejam eles de
182 ordem de projetos de lei para ser encaminhado ao Congresso Nacional ou medidas
183 que possam ser regulamentadas por matérias infraconstitucionais e objeto de
184 competência do Próprio Executivo. Fazendo o uso da palavra, o Sr. Remígio
185 Todeschini (MPS) citou que o custo da Previdência Social para o pagamento de
186 benéfico por incapacidade acidentária somando às aposentadorias especiais
187 decorrentes de insalubridade, penosidade e periculosidade, em 2007, foi de 10.7
188 bilhões de reais. Colocou enfaticamente o seu posicionamento de que para que haja
189 uma melhor qualidade de vida é necessário um trabalho de prevenção, integrando
190 sem dúvida os Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social com a
191 participação democrática dos atores sociais. No oitavo item de pauta, que diz respeito
192 ao Decreto Regulamentador da Lei nº 11.718/2008, o Exmo. Sr. Ministro informou que
193 foram finalizadas as negociações salariais com a categoria dos servidores públicos do
194 INSS, e em seguida fez uma breve relato em que apresentou a progressão salarial dos
195 peritos médicos, dos técnicos em Seguro Social e dos analistas servidores da
196 Previdência Social. Ressaltou ainda, que com o novo Plano de Carreira todos os
197 servidores da Previdência Social serão enquadrados em jornada de trabalho de 40
198 horas e será facultado para aqueles que pretenderem optar por jornada de 30 horas,
199 com a redução proporcional do salário. Ressaltou ainda a sua preocupação no que diz
200 respeito à fidelização do servidor à Previdência Social e que o Plano de Carreira que
201 se estenderá até 2011 tem como um de seus objetivos evitar o prejuízo ao INSS, que
202 investe em capacitação e qualificação dos servidores que em seguida migravam para
203 outros setores. O Sr. Benedito Brunca (INSS) rememorou que devido ao sucesso da
204 Negociação Salarial que vem ocorrendo na Previdência e a valorização do servidor é
205 significativa a melhora na produtividade e nos serviços prestados pelo INSS. Enfatizou
206 também que por causa das mudanças há cerca de 3 anos não ocorreram greves na
207 área de Previdência Social. Com a palavra, o Sr. Marco Antônio Guarita (CNI) afirmou
208 que existem duas óticas que são complementares e que também poderiam ser
209 observadas no material que foi encaminhado ao conhecimento dos Conselheiros do
210 CNPS. Pontuou em primeiro um impacto dessas medidas sobre o Orçamento da área,
211 e em segundo, a compreensão da posição relativa desses valores em relação ao
212 mercado do setor público e em relação ao mercado privado. Em razão das
213 ponderações feitas, o Exmo. Sr. Ministro José Barroso Pimentel sugeriu que o debate
214 sobre o novo modelo de gestão que está sendo implantado, sobre a avaliação de
215 desempenho e remuneração seja pauta da próxima reunião ordinária do Conselho
216 Nacional de Previdência Social. Em seguida passou a palavra a Sr. Maria Júlia Reis
217 (CUT) para dar início à apresentação sobre a Expansão de Cobertura: visão dos
218 trabalhadores em atividade. E passou a presidência da 145ª Reunião Ordinária do
219 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS para o Sr. Helmut Schwarzer –
220 Secretário de Políticas de Previdência Social (MPS).

221

222 **IV – ORDEM DO DIA**

223

224 1 – Expansão de Cobertura: visão dos trabalhadores em atividade e aposentados da 225 Central Única dos Trabalhadores – CUT

226

227 A Sra. Maria Júlia dos Reis, representante da Central única dos Trabalhadores – CUT
228 inicialmente saudou os conselheiros. Em seguida iniciou a apresentação que teve
229 como tema principal uma gestão democrática e inclusiva da Previdência Social.
230 Voltada ao legado da Constituição de 1988 que visa à construção de um sistema de
231 proteção social, afirmou que a montagem do Sistema de Seguridade Social no Brasil
232 foi resultado de uma luta histórica assentada em princípios e diretrizes democráticas e

233 inclusivas quando da elaboração da Constituição de 88, inclusive no que se refere as
234 suas fontes de financiamento. Citou que a cobertura da Seguridade Social
235 compreende previdência, saúde, assistência social e seguro-desemprego. Na
236 continuação, pontuou os princípios: Direito Social e Cidadania; Direito universal; e
237 Controle Social. Comentou ainda sobre o financiamento em que mencionou que o
238 Orçamento da Seguridade Social está estruturado a partir de fontes vinculadas
239 diversificadas, tais como: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL;
240 Contribuição para Financiamento de Seguridade Social – COFINS; Contribuição de
241 Empregados e Trabalhadores sobre a Folha de Salários; Recursos fiscais da União,
242 dentre outros. Esclareceu que, a rigor, o diagnóstico da CUT em relação à situação da
243 Previdência é que as contas atuais da Seguridade e Previdência Social estão
244 diretamente relacionadas com o desempenho da economia brasileira. Na seqüência,
245 apresentou um gráfico indicando a evolução do PIB e da receita de contribuições para
246 a Previdência dos trabalhadores e empresas. Explanou que o crescimento econômico
247 é reflexo da redução do desemprego e do aumento da formalização que levaram ao
248 aumento dos rendimentos dos assalariados, e conseqüentemente ao aumento da
249 massa de salários e o aumento da arrecadação da Previdência. Foi apresentado pela
250 Sra. Júlia Maria Reis (CUT) dois gráficos, o primeiro apontou as variações das
251 principais receitas e despesas do Orçamento da Seguridade Social; e o segundo
252 expôs o resultado do Regime Geral de Previdência Social Urbana e Rural
253 considerando a arrecadação líquida, benefícios previdenciários e resultados
254 previdenciários do RGPS – Regime Geral de Previdência Social, considerando as
255 renúncias previdenciárias. Diante das informações dadas, foram apresentados três
256 questionamentos a respeito de como aproveitar a atual estrutura etária e o ciclo de
257 crescimento econômico para: incluir os que estão fora da Previdência? Corrigir as
258 distorções da reforma liberal? Preparar a Previdência Social para o futuro? Ainda
259 sobre o assunto, pontuou propostas da CUT para melhorar o funcionamento da
260 Previdência, dentre elas a recriação do Conselho Deliberativo da Gestão da
261 Seguridade, com representação dos aposentados, dos trabalhadores, do Governo e
262 dos empresários; a realização da Conferência Nacional de Previdência; Implantação
263 do nexo técnico epidemiológico em todo o território nacional; e o fim do fator
264 previdenciário. Para finalizar a explanação, relacionou os principais pontos que foram
265 de consenso do Fórum Nacional de Previdência Social – FNPS, tais como
266 reconhecimento das desigualdades de gênero e manutenção das regras diferenciadas
267 de acesso à Previdência Social; manutenção dos benefícios assistenciais e
268 previdenciários vinculados ao salário mínimo; fortalecimento da gestão quadripartite
269 com a participação social nos órgãos deliberativos colegiados da Previdência;
270 recriação do Conselho Nacional da Seguridade Social junto à Presidência da
271 República, dentre outros. Ainda com a palavra, a Sra. Maria Júlia Reis (CUT) informou
272 que nos dias 2 e 3 de julho de 2008, o INST – Instituto de Nacional de Saúde no
273 Trabalho realizou um seminário e que foi entregue ao Exmo. Sr.. Ministro do Estado da
274 Previdência José Barroso Pimentel um documento com os pontos relevantes
275 discutidos. A Sr. Maria Júlia Reis (CUT) recebeu os cumprimentos pela apresentação
276 do Sr. Celécino de Carvalho (INSS) e do Sr. Nilson Santos Bahia (Força Sindical). O
277 Sr. Evandro Morello (CONTAG) parabenizou a representante da CUT pela explanação
278 e colocou que um dos elementos que precisa ser abordado no CNPS do ponto de vista
279 da inclusão é como trazer para a Previdência Social as pessoas que estão na
280 informalidade. A Sra. Josepha Theotônia pediu a palavra, elogiou a apresentação, e
281 relembrou a forma negativa com que Previdência Social é apresentada à população e
282 a importância de se mudar esse conceito. Parabenizou a apresentação também o Sr.
283 Luiz Adalberto da Silva (COBAP) e enfatizou a relevância do ponto colocado pela
284 Conselheira que o crescimento econômico vem demonstrando que a atual pirâmide
285 etária brasileira não é um problema para a Previdência, mas sim uma janela de
286 oportunidade para o País.
287

288 **IV – OUTROS ASSUNTOS**

289

290 O Sr. Presidente definiu os assuntos de pauta da 146ª Reunião Ordinária do Conselho
291 Nacional de Previdência Social – CNPS a ser realizada 27 de agosto de 2008. Foi
292 deliberada a discussão sobre o tema do Orçamento da Previdência, modelo de gestão
293 e avaliação de desempenho, além do tema do Crédito Consignado. Ainda em relação
294 ao assunto de pauta da 146ª Reunião Ordinária, o Sr. Presidente determinou, a
295 pedido da procuradoria do INSS, a discussão da resolução que o Conselho Nacional
296 de Previdência Social tem por obrigação apreciar de tempos em tempos que é o
297 estabelecimento do valor de referência para os procuradores, para os advogados que
298 representam o INSS em juízo poderem fazer negociação na própria corte e com isso
299 evitar o prolongamento das pendências jurídicas. Devido ao grande número de temas
300 a serem tratados na 146ª Reunião Ordinária do CNPS, o Sr. Presidente sugeriu que a
301 apresentação dos empregadores prevista em relação à Expansão de Cobertura: visão
302 dos trabalhadores em atividade seja transferida para o mês de outubro e a
303 apresentação da Confederação Brasileira de Aposentados Pensionistas – COBAP
304 seja realizada no mês de setembro. Em consenso com os membros do CNPS a
305 reunião do Grupo de Trabalho ficou prevista para o dia 26 de agosto de 2008, terça-
306 feira. Fazendo uso da palavra, o Sr. Marco Antônio Guarita (CNI) confirmou a
307 solicitação de modificação na redação na Ata relativa a uma intervenção própria.
308 Esclareceu que a alteração é relacional, e não há nenhuma mudança de conteúdo.
309

310 **VI – ENCERRAMENTO**

311

312 Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos,
313 desejando-lhes um bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 145ª Reunião
314 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para contar, eu
315 Helmut Schwarzer, Secretário de Políticas de Previdência Social, lavrei a presente ata.
316 Brasília, 30 de julho de 2008. XXX
317